A QUARENTENA É BRANCA | CLASSE, RAÇA, GÊNERO E COLONIALIDADE¹

The Quarantine is white: class, race, gender and coloniality

OLIVEIRA, Amurabi²

Resumo: A pandemia do COVID-19 tem impactado o mundo de uma forma sem precedentes, inaugurando, segundo alguns, o chamado “novo normal”. Neste ensaio busco analisar as relações entre classe, raça, gênero e colonialismo a partindo de dois acontecimentos que ocorreram nessa pandemia: a) o assassinato de George Floyd; b) a morte do menino Miguel. Busco chamar a atenção para o fato de que apesar de ser um fenômeno global, a pandemia tem afetado os diferentes grupos sociais de formas distintas, algo mediado pelos diferentes marcadores de diferença e forjado na experiência colonial.

Palavras-chave: Pandemia. COVID-19. Interseccionalidade. Crítica pós-colonial.

Abstract: The pandemic of COVID-19 has impacted the world in an unprecedented way, inaugurating, according to some, the so-called “new normal”. In this essay I seek to analyze the relationships between class, race, gender and colonialism based on two events that occurred in this pandemic: a) the murder of George Floyd in US; b) the death of the *menino* Miguel in Brazil. I seek to draw attention to the fact that despite being a global phenomenon, the pandemic has affected different social groups in different ways, something mediated by the different markers of difference and forged in the colonial experience.

Keywords: Pandemic. COVID-19. Intersectionality. Post-colonial criticism.

¹ Recebido em: 30 Jul. 2020 | Aceito em: 30 Set. 2020.

² Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina. E dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, em Educação e Interdisciplinar em Ciências Humanas. amurabi1986@gmail.com

Introdução

Gostaria de iniciar esse breve ensaio afirmando que ele é escrito por um homem branco, gay, de classe média, ciente de seus privilégios numa sociedade excludente. Devido a isso tento utilizar de meu lugar de privilégio para colaborar como um aliado das lutas antirracistas e feministas, partindo de uma crítica pós-colonial ao conhecimento eurocêntrico. Pondero essa questão prontamente pois, como tem sido desvelado no debate contemporâneo, a ciência tem sido produzida historicamente por homens brancos, mais especificamente, homens brancos localizados no Norte Global (Connell, 2012). Acredito é relevante evidenciar de onde falamos, especialmente ao tocarmos em questões tão sensíveis como é o caso da pandemia do COVI-19, que tem alterado a dinâmica de vida de pessoas ao redor do mundo, aprofundando as desigualdades sociais, raciais e de gênero. Ademais, partilho com Haraway (1995) o reconhecimento de que todos os saberes são localizados, situados. Sendo assim:

Posicionar-se é, portanto, a prática chave, base do conhecimento organizado em torno das imagens da visão, é como se organiza boa parte do discurso científico e filosófico ocidental. Posicionar-se implica em responsabilidade por nossas práticas capacitadoras. Em consequência, a política e a ética são a base das lutas pela contestação a respeito do que pode ter vigência como conhecimento racional. Admita-se ou não, a política e a ética são a base das lutas a respeito de projetos de conhecimento nas ciências exatas, naturais, sociais e humanas. De outro modo, a racionalidade é simplesmente impossível, uma ilusão de ótica projetada de maneira abrangente a partir de lugar nenhum. (Haraway, 1995, p. 27-28)

Dito isso, é a partir deste meu lugar no mundo que buscarei realizar algumas reflexões sobre a quarentena durante a pandemia do COVID-19, partindo de uma crítica pós-colonial. Para esse exercício, buscarei articular minhas ideias a partir de dois quadros/situações distintas: a) o assassinato de Geoge Floyd (1973-2020) nos Estados Unidos e a eclosão do movimento *Black Lives Matter*; b) e, o caso do menino Miguel em Recife, Brasil.

Esses dois quadros/situações serão utilizados para pensarmos de forma crítica como a pandemia evidencia as desigualdades, e como o conceito de “novo normal” pode

escamotear uma perspectiva conservadora de normalidade, que é também excludente. Reconhece-se que o exercício analítico das ciências sociais tende a ser melhor elaborado quando se observa determinado fenômeno retrospectivamente, examinando melhor o alcance de seus efeitos e as consequências produzidas a médio e longo prazo. Todavia, o cenário quase distópico produzido pela pandemia, marcado por um forte negacionismo científico em países como o Brasil (Caponi, 2020), nos incita a uma tomada de posição urgente, considerando a própria ambiguidade com a qual a ciência vem sendo tratada, uma vez que “Por um lado, espera-se de pesquisadores a solução para conter o avanço da doença e também os seus efeitos epidêmicos e sociais. Por outro, vivemos em meio a uma forte onda anti-intelectualista, que coloca universidades e centros de pesquisa no meio de polêmicas fantasiosas e desidrata o financiamento de pesquisas.” (Grossi, Toniol, Lozano, 2020).

1. “I can’t breathe”

George Floyd foi assassinado em Minneapolis, nos Estados Unidos, no dia 25 de maio de 2020. Floyd trabalhava como segurança, e foi mais um trabalhador que perdeu o emprego no contexto da pandemia do COVID-19. Ele foi morto pelo policial branco Derek Chauvin, que se ajoelhou em seu pescoço e costas por oito minutos e 46 segundos. Chauvin manteve o joelho no pescoço de Floyd, mesmo quando técnicos médicos emergenciais tentavam tratá-lo. Os vídeos com Floyd repetindo “I can’t breathe” (eu não consigo respirar) viralizaram na internet, e levaram a protestos em todo o mundo capitaneados pelo movimento ativista antirracista *Black Lives Matter*³.

A cena forte de um homem negro sendo assassinado por um homem branco, agente do Estado, chamou a atenção do mundo. Entretanto é necessário avançar na interpretação desse acontecimento, que está longe de ser um fato isolado. Há uma forte relação entre esse assassinato e o processo histórico do colonialismo, uma vez que esse acontecimento sintetiza de forma brutal e visceral a forma como a raça se tornou uma das chaves centrais do processo colonial de transformação das diferenças em desigualdades. Para Quijano

³Trata-se de um movimento ativista internacional fundado em 2013 nos Estados, tendo como foco o combate à violência direcionada a pessoas negras.

(2005), a raça se constitui como uma categoria mental da modernidade, cujo sentido atual advém do encontro colonial ocorrido nas Américas. Ainda segundo o autor:

A idéia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos.

A formação de relações sociais fundadas nessa idéia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: *índios*, *negros* e *mestiços*, e redefiniu outras. Assim, termos com *espanhol* e *português*, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população.

Com o tempo, os colonizadores codificaram como cor os traços fenotípicos dos colonizados e a assumiram como a característica emblemática da categoria racial. Essa codificação foi inicialmente estabelecida, provavelmente, na área britânico-americana. Os negros eram ali não apenas os explorados mais importantes, já que a parte principal da economia dependia de seu trabalho. Eram, sobretudo, a raça colonizada mais importante, já que os índios não formavam parte dessa sociedade colonial. Em conseqüência, os dominantes chamaram a si mesmos de brancos. (Quijano, 2005, p. 117-118).

Isso nos aponta para a conclusão de que o racismo não se origina da raça, mas o inverso, que o racismo cria a categoria raça. Como bem pondera Gomes (2012), a raça existe como uma construção social, e não como um dado biológico. Algo também afirmado por Hall (2003, p. 69), segundo o qual:

(...) raça é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja – o racismo. Todavia, como prática discursiva, o racismo possui uma lógica própria. Tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza.

E esta construção, que divide e hierarquiza, que naturaliza que determinado grupo racial possa matar outro, é reforçada e retroalimentada cotidianamente a partir de inúmeras representações e símbolos. Não à toa, no bojo dos protestos que eclodiram a partir do caso de Floyd, um dos alvos das ações dos manifestantes foram estátuas de figuras históricas ligadas ao colonialismo e à escravidão. Na cidade de Bristol, Inglaterra, a estátua de Edward Colston (1626-1721), um comerciante de escravos do século XVII, foi derrubada em 7 de junho de 2020. Posteriormente, em 15 de julho de 2020, foi erguida em seu lugar a obra intitulada *A Surge of Power* (Uma onda de poder), uma estátua produzida pelo artista Marc Quinn da ativista negra Jen Reid, que havia subido no pedestal onde ficava a estátua de Colston logo após sua retirada, erguendo seu punho. Também tornou-se célebre o caso das estátuas de Cristóvão Colombo (1451-1506), considerado o responsável pelo início do genocídio indígena nas Américas, cuja estátua fora decapitada em Boston e derrubada em Richmond, Estados Unidos.

Os protestos do *Black Lives Matter* foram os maiores da história dos Estados Unidos, ocorrendo também em diversas partes do mundo, convocando milhões de pessoas para irem às ruas. Ainda que possamos afirmar que estes protestos envolveram não só pessoas negras, como também pessoas pertencentes a outros grupos raciais que estavam ali como aliadas da luta antirracista, é importante refletirmos sobre porque pessoas pertencentes a determinado grupo racial precisam ir às ruas em meio a uma pandemia para afirmar publicamente que suas vidas importam. O cumprimento da quarentena, a permanência em seu lar, não se coloca como uma possibilidade objetiva para os diferentes grupos raciais.

Quero demonstrar com isso, que o processo de racialização das sociedades modernas produzido pelo colonialismo tem implicações diretas sobre uma série de acontecimentos históricos, incluindo esse que vivemos nesse momento. Em outros termos, compreendo que a quarentena da pandemia do COVID-19 é também racializada. A necessidade de ir às ruas, gritar e afirmar o direito à vida, o direito a não ser assassinado devido à cor da pele, possui sua gênese nas questões forjadas no colonialismo. Ainda que o novo coronavírus tenha produzido uma pandemia, o genocídio da população negra antecede a esse acontecimento. Gritar pelo direito à vida tornou-se mais imperativo que permanecer em casa durante a pandemia, talvez porque “De um homem exige-se uma

conduta de homem; de mim, uma conduta de homem negro – ou pelo menos uma conduta de preto.” (Fanon, 2008, p. 107).

“Eu só queria a minha mãe”

Miguel Otávio Santana da Silva (2014-2020), morreu na cidade de Recife, Brasil, no dia 2 de junho de 2020, apenas uma semana após o caso de Floyd nos Estados Unidos. Miguel era um menino negro, filho de uma empregada doméstica, caiu do nono andar do prédio de luxo em que morava a patroa de sua mãe, Sarí Mariana Costa Gaspar Côrte Real. O caso também gerou uma grande comoção popular no Brasil, também com imagens que se tornaram virais nas redes sociais, nelas pode-se ver o momento em que o menino Miguel, como ficou conhecido, entrou no elevador e foi deixado sozinho por Sarí Côrte Real.

O acidente ocorreu nas chamadas “Torres Gêmeas”, como são conhecidos em Recife os edifícios Píer Maurício de Nassau e Píer Duarte Coelho. Trata-se de dois edifícios de 41 andares, sendo uma das edificações mais altas da cidade, construídas na região do Cais de Santa Rita, considerada patrimônio histórico da cidade. Sua construção foi alvo de protestos na cidade, desdobrando-se ainda em outras ações realizadas em anos posteriores, como o movimento “Ocupe Estelita”, que surgiu em resposta ao leilão do Cais José Estelita pelo Consórcio Novo Recife. A forte especulação imobiliária na cidade ganhou também visibilidade nacional com o filme *Aquarius* (2016), de Kleber Mendonça Filho. O diretor chegou a apagar digitalmente as “Torres Gêmeas” das cenas rodadas no Cais de Santa Rita, como uma forma de protesto. Considero importante situar essa questão, especialmente para os leitores que não são de Pernambuco, para que se possa compreender como que as “Torres Gêmeas” representam um reduto das elites locais, e uma sobreposição dos interesses privados sobre os públicos.

Mirtres Renata Santana de Souza, a mãe do menino Miguel, é uma mulher negra que trabalhava como empregada doméstica para uma das moradoras das “Torres Gêmeas”, possivelmente há outras “Mirtes” trabalhando nesse mesmo edifício, outras mulheres negras e periféricas que só tiveram seus direitos trabalhistas equiparados aos de outros trabalhadores em 2015, com a chamada PEC das domésticas. Apesar de em

língua portuguesa utilizamos usualmente o gênero masculino para nos referirmos a um grupo no plural, essa PEC utiliza o feminino por um dado bastante evidente: a maioria esmagadora da força de trabalho doméstico é formada por mulheres. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, havia em 2018 no Brasil 6,2 milhões de pessoas tinham como ocupação principal o serviço doméstico remunerado (diaristas, babás, jardineiros, cuidadores, etc), sendo que 92% (5,7 milhões) delas eram mulheres, das quais 3,9 milhões eram negras (Pinheiro *et al*, 2019)..

Nogueira (2017) chama a atenção para a construção de um imaginário social no Brasil sobre o lugar das mulheres negras e pobres, e como elas são vinculadas dentro de uma sociedade racista, classista e patriarcal à posição de servidão. Para Cayres (2011, p. 84):

A imagem social que se tem da mulher negra está associada a um contexto de inferioridade e negatividade, ancorada em discursos e práticas racistas, sexistas e marginalizadoras, que sob o simulacro da democracia racial e da naturalização da subordinação, negligenciam os efeitos perversos desta dupla discriminação.

Nota-se assim que, na releitura da trajetória histórica de certos grupos subalternos, a vida do negro, entrecruzada pela distinção de sexo, adiciona a vida da mulher negra um ingrediente a mais de perversidade e exclusão. Portanto, a discriminação assume feições sociais diferentes quando à categoria raça combina-se à variável gênero. No caso das mulheres negras é possível falar que sob este grupo incide um duplo processo de dominação derivado de um mix de discriminação de gênero e racial elaborado a partir de distintas formas de opressão e exclusão simbolicamente sustentadas.

Focando na questão do trabalho doméstico, é importante considerar que as feministas negras têm demonstrado que as mulheres brancas e negras avaliam de modo distinto o este tipo de trabalho, pois a racialização do trabalho doméstico muda profundamente as problemáticas postas em jogo (Vergès, 2020).

Um exemplo emblemático da situação dessas trabalhadoras no Brasil foi a morte de Cleonice Gonçalves, empregada doméstica de 63 anos, que veio a ser a primeira vítima do COVID-19 no Brasil. Cleonice Gonçalves possivelmente contraiu a doença de sua patroa, que havia retornado de uma viagem na Itália. Sua morte transparece como existe uma forte relação entre a mortalidade do COVID-19 e as desigualdades sociais,

demonstrando como a disponibilidade de recursos médicos e financeiros determinam, em grande medida, quem sobreviverá e quem perecerá à pandemia.

Mírtres Souza, assim como muitas empregadas domésticas, continuou trabalhando durante a pandemia⁴, uma vez que o trabalho doméstico foi considerado um “serviço essencial”. Essa classificação do trabalho doméstico em meio a uma crise sanitária demonstra como que as estruturas coloniais estão internalizadas em nossa sociedade, uma vez que a experiência colonial também produz uma lógica de divisão, controle e exploração do trabalho (Quijano, 2005). Tanto Mírtres Souza quanto sua mãe, Marta Santana, que também trabalhava como empregada doméstica para a mesma família, contraíram o COVID-19, e mesmo assim não foram dispensadas do trabalho.

Com o fechamento das escolas e das creches, Mírtres Souza foi obrigada a levar seu filho consigo para o trabalho, e quando desceu para passear com o cachorro da família para a qual trabalhava ocorreu o incidente, no qual o menino entrou sozinho no elevador do prédio, impedido num primeiro momento por Sarí Côrte Real e, posteriormente, deixado sozinho. O menino morreu ao cair do nono andar, ao tentar ver sua mãe. No dia 3 de junho a polícia autuou a patroa em flagrante por homicídio culposo e, após pagar uma fiança de 20 mil reais, ela pôde responder o processo em liberdade. Concluído o inquérito em 1 de julho, Sarí Côrte Real foi indiciada pelo crime de abandono de incapaz. O caso teve grande repercussão e houve protestos em diversas partes do Brasil, com destaque para os protestos realizados em Recife, onde manifestantes se deitaram no chão em frente ao edifício onde ocorreu a morte de Miguel e entoaram “Eu só queria a minha mãe”.

Acredito que esse caso aponta para a necessidade de pensarmos de maneira interseccional a realidade social, o que nos possibilitaria também evitarmos uma aceitação acrítica de um aglomerado de valores que se encontra amplamente vinculado às relações de dominação (Ferrara, 2019). Mírtres Souza, essa mãe que perdeu seu filho na casa da patroa, nos faz lembrar quais são as mulheres a quem o “direito à quarentena” é negado. Milhões de trabalhadoras domésticas negras continuam indo para seus empregos, continuam “dormindo no serviço” no “quarto da empregada”, subindo pelo elevador de serviço, e levando seus filhos para o trabalho.

4 Britto e Santos (2020).

É a partir de uma análise interseccional que poderemos compreender porque que não é possível universalizar determinadas experiências sociais (Soto, 2020), e apesar da pandemia ser um fenômeno global, não somos igualmente afetados por ela. As mulheres negras e periféricas, com trabalhos informais muitas vezes, vivenciam na pandemia uma exacerbação das condições adversas que compõem seu cotidiano, o chamado “novo normal” recorrentemente associado nas redes sociais ao *home office* e ao recebimento de comida por serviços de *delivery* não integra, predominantemente, a realidade dessas pessoas.

Considerações Finais

Esse breve ensaio buscou instigar uma reflexão sobre quem pode estar de quarentena, quem são as pessoas que precisam ir às ruas gritar para não serem mortas, quem são aquelas que desenvolvem atividades que são classificadas como “essenciais” a partir de uma lógica colonial e excludente. Recordemos que antes da pandemia as pessoas já iam às ruas pedindo o fim do genocídio da população negra, em setembro de 2019 manifestantes convocaram o movimento denominado de *Parem de nos matar* no Rio de Janeiro, em resposta à morte de Aghata Vitória Sales Félix, uma menina negra de oito anos, que foi vítima de um tiro de fuzil da polícia militar no Complexo do Alemão⁵.

Tanto o Brasil como os Estados Unidos vivenciaram a experiência colonial, de tal forma que o racismo mostra-se como um elemento estruturante das relações sociais nesses países. Em que pese que para muitas pessoas possa soar como demasiadamente forte a afirmação de que todos os brancos são racistas, é importante compreender que as pessoas brancas usufruem da estrutura racista da sociedade na qual estão inseridas, consciente ou inconscientemente. E nesta direção, a crítica pós-colonial nos ajuda a compreender porque não basta em uma sociedade racista não sermos racistas, é necessário sermos antirracistas (Ribeiro, 2019; Diangelo, 2020).

É também no bojo dessa discussão que devemos compreender criticamente o caráter conservador que o conceito de “novo normal” pode assumir, por partir da

5 Miranda e Pitasse (2019).

universalização de uma experiência social vivenciada por determinados grupos. Em minha interpretação, a ideia de “novo normal” pode ser profundamente excludente, e pode nos levar a uma naturalização das desigualdades que são aprofundadas no contexto da pandemia. Não são todos os trabalhadores, não são todos os estudantes, não são todas as mães, que encontram condições de se adequarem a esse “novo normal”. Para muitos e muitas o “novo normal” é apenas uma versão piorada do “velho normal”, marcado por aglomerações no transporte público e no acesso a um sistema de saúde colapsado. Volto a dizer, a pandemia é global, porém seus efeitos são bastante particulares, e só poderemos compreendê-los de maneira mais efetiva se considerarmos as relações entre classe, raça, gênero e colonialidade.

Referências

- BRITTO, D.; SANTOS, M. C. (5 de junho 2020). Mãe e avó de Miguel contraíram Covid-19 e nem assim foram dispensadas do trabalho. *Ponte*. Disponível em: <https://ponte.org/mae-e-avo-de-miguel-contrairam-covid-19-e-nem-assim-foram-dispensadas-do-trabalho/> Acessado em: 30 de julho de 2020.
- CAPONI, S. N. C. (2020). Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. *Estudos Avançados*, v. 34, n. 99, 209-223.
- CAYRES, D. C. (2011). Ensaando aproximações de gênero e raça a luz do olhar pós-colonial. *REALIS - Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PosColoniais*, v. 1, n. 2, p. 74-93.
- CONNELL, R. (2012). A iminente revolução na teoria social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 27, n. 80, p. 9-20.
- DIANGELO, Â. (2020). *Não basta não ser racista: sejamos antirracistas*. Barueri: Faro editorial.
- FANON, F. (2008). *Peles negras, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.
- FERRARA, J. A. (2019). Diálogos entre Colonialidade e Gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 27, n. 2, p. 1-11.

GOMES, N. L. (2012). Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. *Educação & Sociedade*, v. 33, n. 120, p. 727-744.

GROSSI, M.; TONIOL, R.; LOZANO, M. L. (2020). Finalizando a primeira série do Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus: um balanço inicial. *Boletim Cientistas Sociais*, s/v, n. 86, p. 1-8.

HALL, S. (2003). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

HARAWAY, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*. s/v, n. 5, p. 7-4.

MIRANDA, E.; PITASSE, M. (23 de setembro 2019). “Parem de nos matar”, pedem moradores em ato no Rio contra morte de Ághata, de 8 anos. *Brasil de Fato*. Disponível em: <https://www.brasildefatoj.com.br/2019/09/23/parem-de-nos-matar-pedem-moradores-em-ato-no-rio-contramorte-de-agatha-de-8-anos> . Acessado em 30 de julho de 2020.

NOGUEIRA, T. P. C. C. R. (2017). Mucama Permitida: a identidade negra do trabalho doméstico no Brasil. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 3, n. 4, p. 47-58.

PINHEIRO, L.; LIRA, F.; REZENDE, M.; FONTOURA, N. (2019). *Os Desafios do Passado no Trabalho Doméstico do Século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua*. Brasília: IPEA.

QUIJANO, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, E. (Org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, p. 117-142.

RIBEIRO, D. (2019). *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras.

SOTO, I. S. (2020). Pensar raza: La Interseccionalidad un camino de desafíos y encrucijadas. *Revista Estudos Feministas*, v.28, n. 1, p. 1-6.

VERGÈS, F. (2020). *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu editora.